

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.102.105 - GO (2017/0112242-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : DELTA ALIMENTOS DISTRIBUIDORA DE CARNES E
DERIVADOS LTDA - ME - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REPR. POR : ZAIDEN, CORREIA, GONCALVES, DINIZ E ISSY
ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S - ADMINISTRADOR
ADVOGADOS : REGINALDO AREDIO FERREIRA FILHO - GO011295
MURILLO MACEDO LÔBO E OUTRO(S) - GO014615
THIAGO HENRIQUE VAZ DOS REIS - GO043268
AGRAVADO : BANCO ABC BRASIL S.A
ADVOGADOS : JOSÉ MURILO SOARES DE CASTRO - GO006955
PAULO SERGIO UCHÔA FAGUNDES FERRAZ DE
CAMARGO E OUTRO(S) - SP180623

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR INCIDENTAL À AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. INADMISSIBILIDADE. PRETENSÃO DE CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DOS EFEITOS DOS PROTESTOS DE DUPLICATAS. ILEGITIMIDADE ATIVA DA CEDENTE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS A JUSTIFICAR O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.

I – Em sede de Agravo Regimental é incabível a apreciação de matéria não trazida no recurso de Apelação, por ser vedada a inovação recursal.

II – A sociedade em recuperação judicial, na qualidade de cedente fiduciante de duplicatas mercantis, não ostenta legitimidade para a propositura de Ação Cautelar que objetiva o cancelamento ou a suspensão dos efeitos dos protestos dos títulos, porquanto os legitimados são apenas aqueles que sofrem diretamente as consequências da publicização da mora, ou seja, os sujeitos que figuram como devedores (sacados). Ademais, eventuais contratempos que a recorrente vier a suportar serão apenas reflexos,

Superior Tribunal de Justiça

pois decorrerão da atuação dos sacados em seu desfavor e não diretamente do apontamento.

III – Além disso, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da insurgente não é suficiente para espriar efeitos sobre os títulos cedidos fiduciariamente, pois a novação de créditos ocorre de maneira *sui generis*, eis que, além de conter ínsita uma condição resolutiva (para o caso de decretação da falência – artigo 61, da Lei nº 11.101/05), também não alcança as garantias prestadas, conforme é possível depreender dos artigos 49, parágrafo 1º e 59, caput, ambos da Lei nº 11.101/05. IV – Por outro lado, cabe aludir que a ação cautelar, apesar de sua autonomia procedimental, é ontologicamente vinculada a uma ação principal de conhecimento ou de execução, de modo que a tutela de urgência deve guardar correlação com a preservação da providência definitiva postulada na lide principal. Assim, na espécie, ainda que não estivesse patente a ilegitimidade ativa, tem-se que a Ação Cautelar incidental à Ação de Recuperação Judicial não constitui a via adequada ao exercício da pretensão deduzida, pois o direito reivindicado (suspensão dos efeitos dos protestos em desfavor dos clientes da agravante) não tem o objetivo precípua de resguardar a ação principal (recuperação judicial) tanto que esta última já foi julgada e o seu resultado não produziu qualquer interferência na lide acessória.

V – Acrescentese, ainda, que a exordial não especifica as duplicatas mercantis que devem ser objeto da tutela jurisdicional e também não foi instruída com os documentos indispensáveis ao deslinde da contenda, quais sejam, as cópias das certidões de protestos e das escriturações obrigatórias, previstas no artigo 19, da Lei nº 5.474/68. Tais vícios culminam na ausência de petição inicial apta, pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.

VI – Inexistindo fundamento ou fato novo capaz de conduzir o julgador a nova convicção, nega-se provimento ao Agravo Regimental.

AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, IMPROVIDO.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 3º, 6º e 796 do revogado Código de Processo Civil, sob o argumento de que a parte recorrente tem legitimidade ativa e que estão preenchidos os requisitos da medida cautelar pretendida.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal local deu pela ausência de legitimidade ativa para o pedido cautelar de sustação de processo, sob o fundamento, dentre outros, de que a parte recorrente é a própria emitente das duplicatas, em que pese diga que as emitiu em duplicidade por engano.

Leia-se, a propósito, os pertinentes excertos:

"A respeito, verifica-se que a ora apelante ajuizou a presente Ação Cautelar, incidentalmente à Ação de Recuperação Judicial, com o escopo de obter a suspensão dos efeitos dos protestos de duplicatas mercantis por ela própria emitidas e posteriormente cedidas fiduciariamente ao banco apelado.

Logo, a relação jurídica restou estabelecida entre os seguintes sujeitos: i) os sacados, que são os devedores das duplicatas e clientes da apelante; ii) a cedente fiduciante, que é a sociedade empresária emitente das duplicatas, ora recorrente, e iii) o cessionário fiduciário, possuidor das duplicatas, ora apelado.

Registre-se que, a despeito da petição inicial e da própria sentença mencionarem que a transferência dos títulos se deu por endosso-caução, trata-se, na verdade, de cessão fiduciária, consoante demonstram os documentos de fls. 94/109. Todavia, o equívoco quanto à premissa fática não macula a *ratio decidendi*, pois nas duas situações o possuidor dos títulos detém a prerrogativa de realizar todos os atos necessários à defesa e à conservação do crédito cartular" (e-STJ, fl. 281).

"A legitimada para postular o cancelamento, a sustação, ou a suspensão dos efeitos do protesto de título de crédito é aquela que suporta os efeitos da publicização da mora, ou seja, o sujeito que figura como devedor na cártula, no caso, os sacados.

Assim, conforme bem anotou o julgador primevo, eventuais contratempos que a recorrente vier a suportar, na qualidade de cedente fiduciante dos títulos, são apenas reflexos, pois decorrerão da atuação dos sacados em seu desfavor e não diretamente do apontamento. Por conseguinte, a situação não autoriza seu ingresso em juízo para postular qualquer providência judicial relativa ao protesto lavrado a mando do cessionário fiduciário, no exercício legal de seu direito" (e-STJ, fl. 283).

Superior Tribunal de Justiça

"A única ressalva a ser feita refere-se à legitimidade da insurgente para a discussão, em ação autônoma, das condições das operações de crédito realizadas ou da substituição das garantias" (e-STJ, fl. 284).

Posta a questão dessa maneira, isto é, no sentido de que não há relação jurídica de direito material entres os supostos devedores constantes nos títulos e a recorrente, cabendo-lhe apenas discutir a relação havida entre si e o banco cessionário dos títulos, o reexame da causa esbarra nas disposições do verbete n. 7 da Súmula desta Casa.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora